

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

A semana foi marcada por diversas reuniões com Lideranças partidárias da Câmara e Senado Federal, para tratar, entre outros assuntos, das reformas previdenciária e trabalhista.

Na terça-feira, o vice-presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, juntamente com a presidente da Amatra I, Clea Couto, participou, pela manhã, de reunião com senadores da oposição para discutir e explicar as alterações previstas na legislação trabalhista, caso a reforma seja aprovada conforme o texto encaminhado ao Senado pela Câmara dos Deputados.

Concomitantemente, o diretor de assuntos legislativos, Luiz Colussi, participou, juntamente com o juiz André Molina, presidente da Amatra 23, de reunião com os deputados do Estado do Mato Grosso, na Liderança do PSC, para tratar da reforma da previdência e solicitar apoio na apresentação de destaques em plenário, com o objetivo de sanar pontos do projeto que prejudicam as regras vigentes de aposentadoria, tais como as regras de transição e pensão por morte.

Já no final da manhã, na terça-feira, os juízes participaram, junto a membros do FONACATE, ANFIP e outros representantes da FRENTAS, de audiência com os deputados Arthur Oliveira Maia (PPS/BA), relator da Reforma da Previdência (PEC 287/2016), Pauderney Avelino (DEM/AM), e Bilac Pinto (PR/MG), para expor suas preocupações e motivações quanto às mudanças requeridas por estas entidades no texto da proposta.

Na quarta-feira, o vice-presidente, Guilherme Feliciano, e o diretor legislativo, Luiz Colussi, juntamente com os membros da FRENTAS, participaram de reunião com a Liderança do PSDB, com o deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP), também para tratar da reforma da previdência e das possibilidades quanto à apresentação de destaques ao texto que resguardem as regras de transição e outros pleitos da carreira da Magistratura e do serviço público.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC

Dia 17/05/2017, quarta-feira.

5 - PROJETO DE LEI Nº 8.295/14 - da Sra. Flávia Moraes - que "acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, para **dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho**".

RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.

Resultado: aprovada a redação final. A matéria segue para o Senado Federal, caso não seja apresentado recurso para a matéria ser deliberada no plenário da Câmara.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CTASP

Dia 17/05/2017, quarta-feira.

17 - PROJETO DE LEI Nº 4.975/16 - do Sr. Alberto Fraga - que "altera o §1º do art. 852-B da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para **determinar a conversão do procedimento sumaríssimo em procedimento ordinário em face da necessidade de citação por edital**".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

(Avulso Nº 56)

Resultado: discutiu a matéria o dep. Bohn Gass (PT-RS). Aprovado por unanimidade o parecer. A matéria segue para a CCJ.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - CDEICS

Dia 17/05/2017, quarta-feira.

7 - PROJETO DE LEI Nº 2.563/15 - do Sr. Vanderlei Macris - que "institui o monitoramento do uso de **trabalho forçado e do trabalho infantil em estados estrangeiros**"

RELATOR: Deputado HELDER SALOMÃO.

PARECER: pela rejeição.

Retirado de pauta a requerimento do deputado Adérmis Marini (PSDB/SP), em 10/05/2017.

(Avulso Nº 44)

Resultado: leitura do parecer pelo relator. Vista ao deputado Lucas Vergílio.

CONTROLE DE PROPOSIÇÕES

[MPV 779/2017](#) - **Ementa:** Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autor: Poder Executivo

Data da apresentação: 17/05/2017

[MPV 778/2017](#) - **Ementa:** Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autor: Poder Executivo

Data da apresentação: 17/05/2017

[PL 7634/2017](#) - **Ementa:** Altera o art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º março de 1991, que Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências, a fim de dispor sobre a atualização monetária dos débitos trabalhistas.

Autor: Carlos Bezerra - PMDB/MT

Data da apresentação: 16/05/2017

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

[PL 7640/2017](#) - **Ementa:** Altera a Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, para dispor sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais patronais, modifica a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Autor: Walter Ihoshi - PSD/SP

Data da apresentação: 16/05/2017

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

[PL 7654/2017](#) - **Ementa:** Dispõe sobre o recolhimento unificado, pelo empregador, das contribuições sociais e demais encargos incidentes sobre a remuneração do empregado, e dá outras providências.

Autor: Norma Ayub - DEM/ES

Data da apresentação: 17/05/2017

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

[PL 7666/2017](#) - **Ementa:** Altera Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o período da licença maternidade, inclusive nos casos de doenças congênitas, e regulamenta o disposto no inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. **Explicação:** Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.

Autor: Aureo - SD/RJ

Data da apresentação: 17/05/2017

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

TRAMITAÇÕES

[PL 2563/15](#) - Institui o monitoramento do uso de trabalho forçado e do trabalho infantil em estados estrangeiros

Andamento: leitura do Parecer pelo Relator. Vista ao Deputado Lucas Vergilio.

[PL 4975/16](#) - Altera o §1º do art. 852-B da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, para determinar a conversão do procedimento sumaríssimo em procedimento ordinário em face da necessidade de citação por edital.

Andamento: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

[PL 5101/13](#) - Lei que dispõe sobre a condenação em honorários na justiça do trabalho e condenação por má fé.

Andamento: parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação, com substitutivo. Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 19/05/2017).

[PL 8295/14](#) - Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Andamento: Aprovada a Redação Final.

[PL 8310/14](#) - Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e dá outras providências.

Andamento: Designado Relator, Dep. Maia Filho (PP-PI). Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 19/05/2017)

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

Dia 16/05/2017, terça-feira.

Tema: **Discutir a Reforma Trabalhista**

Participantes:

- Ronaldo Nogueira de Oliveira, Ministro do Trabalho (a confirmar);
- Antônio Carlos Pipponzi, Presidente do Instituto do Desenvolvimento do Varejo;
- Vagner Freitas de Moraes, Presidente da CUT;
- Antônio Neto, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros;
- Celita Oliveira Sousa, Advogada e Especialista em Direito Econômico;
- Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da ANPT

Sessão realizada.

CPI DA PREVIDÊNCIA

Dia 15/05/2017, segunda-feira.

Assunto / Finalidade: Audiência Pública com os convidados aprovados nos requerimentos 4, 6, 8, 95, 99 e 106.

Participantes:

- Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça; Advogada-Geral da União
- Sr. Fabrício da Soller; Procurador-Geral da Fazenda Nacional
- Sra. Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Secretária do Tesouro Nacional
- Sr. George Alberto de Aguiar Soares; Secretário de Orçamento Federal
- Sr. Guilherme Pfeifer Portanova

Audiência pública realizada.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Dia 17/05/2017, quarta-feira.

Assunto / Finalidade: 3ª Audiência Pública do Ciclo de Debates sobre a **Proposta de Reforma Trabalhista.**

Convidados:

- José Márcio Camargo; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ
- Adilson Araújo; Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB
- Paulo Paiva; Professor da Fundação Dom Cabral
- Ricardo Patah; Presidente da União Geral dos Trabalhadores

Audiência pública realizada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Dia 17/05/2017, quarta-feira.

1ª parte: Indicação de autoridades

ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 30, de 2017 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, **a indicação do Senhor SEBASTIÃO**

VIEIRA CAIXETA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Trabalho, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria Geral da República

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: - Em 03/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Aprovado o parecer, por unanimidade, com 26 votos favoráveis. A indicação segue para apreciação do plenário.

ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 31, de 2017 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor **MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público**, na vaga destinada a membros do Ministério Público Militar, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria Geral da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 03/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Aprovado o parecer, por unanimidade, com 26 votos favoráveis. A indicação segue para apreciação do plenário.

ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 33, de 2017 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor **FÁBIO BASTOS STICA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público**, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procurador Geral da República

Relatoria: Senador Romero Jucá (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad hoc: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 10/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Aprovado o parecer, por unanimidade, com 26 votos favoráveis. A indicação segue para apreciação do plenário.

ITEM 4 - OFICIO "S" Nº 35, de 2017 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor **ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça**, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 10/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Aprovado o parecer, por unanimidade, com 26 votos favoráveis. A indicação segue para apreciação do plenário.

ITEM 5 - OFICIO "S" Nº 36, de 2017 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a **indicação do Senhor VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça**, na vaga destinada a membro da Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 03/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Aprovado o parecer, por unanimidade, com 26 votos favoráveis. A indicação segue para apreciação do plenário.

ITEM 6 - OFICIO "S" Nº 38, de 2017 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor **ERICK VENÂNCIO LIMA DO NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público**, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019

Autoria: Ente Jurídico

Relatoria: Senador Jorge Viana (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad hoc: Senador Ronaldo Caiad

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 10/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Aprovado o parecer, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário. A indicação segue para apreciação do plenário.

ITEM 7 - OFICIO "S" Nº 39, de 2017 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor **LEONARDO ACCIOLY DA SILVA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público**, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019

Autoria: Ente Jurídico

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 10/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos.

Aprovado o parecer, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário. A indicação segue para apreciação do plenário.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Dia 17/05/2017, quarta-feira, às 14h, plenário 13

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2012, que "Acrescenta o art. 253-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados em atividades de abate e processamento de carnes".

Participantes:

- **Luiz Antônio Colussi - Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)**
- Sandro Sardá - Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)
- Jeferson Seidler - Auditor-Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho (MTb)
- Siderlei Silva de Oliveira - Presidente da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas
- Indústrias da Alimentação da Central Única dos Trabalhadores (CONTAC/CUT)
- Artur Bueno de Camargo - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de
- Alimentação e Afins (CNTA)
- José Evandro Navarro - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Laticínios do Portal da Amazônia (SINTRACAL)

Resultado: Audiência Pública realizada.

CONTROLE DE PROPOSIÇÕES

[PLS 150/2017](#) - Ementa: Altera o § 3º do art. 40 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, para permitir ao operador portuário a contratação de trabalhadores sob o regime de trabalho temporário.

Autor: senadora Rose de Freitas

Data: 17/05/2017

Reuniões e Audiências da semana

Dia 17/05/2017, quarta-feira.

09h – Reunião dos Magistrados da 23ª região, com a bancada de deputados do Estado do MT.

Local: Sala da Liderança do PSC – SS do anexo IV

O diretor legislativo, Luiz Colussi e o juiz André Molina, da Amatra 23, participaram da reunião.

09h – Reunião com Senadores da bancada da Oposição.

Local: Liderança do PT/Senado

Pauta: Reforma Trabalhista

Previsão de duração: 1h20 min

O vice-presidente, Guilherme Feliciano participou da reunião.

10h – Reunião com o Senador João Capiberibe

Local: Gabinete do Senador, anexo II Bl. A Térreo - Ala Afonso Arinos Gabinete 08

O juiz André Cavalcanti, da Amatra XIII, participou da reunião.

19h – Reunião na Liderança do PSDB.

Pauta: Reforma da previdência

Local: Gabinete do Líder

Participaram da reunião o vice-presidente, Guilherme Feliciano e o diretor legislativo, Luiz Colussi.

10h30 – Reunião com o relator da Reforma da Previdência, Arthur Maia, e com os deputados

Pauderney Avelino, e Bilac Pinto.

Pauta: Reforma da previdência

Local: Gabinete do Liderança da Governo

Participaram da reunião o vice-presidente, Guilherme Feliciano, o diretor legislativo, Luiz Colussi, a presidente da Amatra I, Clea Couto, e o presidente da Amatra 13, e membro da Comissão Legislativa da Anamatra, André Machado Cavalcanti.
